

QUESTÃO AGRÁRIA, CAMPESINATO E ANARQUISMO – INTERSEÇÕES ENTRE RÚSSIA REVOLUCIONÁRIA E A AMAZÔNIA ORIENTAL¹

Fabiano de Oliveira Bringel¹, Felipe Figueiredo da Costa², Xavier Van Welden³

¹Professor do Curso de Geografia da UEPA, integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Campesinato – LEPEC/UFPE e do Instituto de Teoria e História do Anarquismo – ITHA. Milita no Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM e na Federação Anarquista Cabana – FACA pertencente a Coordenação Anarquista Brasileira – CAB. E-mail: fabianobringel@uepa.br

²Discente do Curso de Licenciatura de Geografia da UEPA, bolsista PIBIC – FAPESPA e integrante do GPTECA Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia-UEPA.. E-mail: felipecosta520@gmail.com

³Discente do Curso de Pedagogia da UFPA. Pesquisador do GEPERUAZ – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia. Militante do Movimento de Organização de Base – MOB e da Federação Anarquista Cabana – FACA.. E-mail: x.vanwelden@gmail.com

Artigo recebido em 06/06/2018 e aceito em 03/08/2018

RESUMO

Desde o século XIX os intelectuais da teoria crítica se debruçam sobre os elementos que formam, compõem e condicionam a Questão Agrária. Esses debates tomaram os primeiros sentidos na segunda metade do século XIX, especialmente a partir da construção da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT, popularmente conhecida como Iª Internacional. Nesta arena destacaram-se duas grandes leituras da realidade que o desenvolvimento do sistema capitalista colocava para o campo. Uma primeira matriz cujos principais teóricos eram James Guillaume e Mikhail Bakunin, conhecidos como socialistas libertários. E a segunda representada por Karl Marx e Frederick Engels, classificados como a ala autoritária do socialismo. Uma das polêmicas que esses dois campos travaram foi sobre interpretação da Questão Agrária. Apesar de existirem vários pontos convergentes sobre o entendimento do fenômeno, outros tantos eram divergentes. Tanto os que se referem a sua natureza como suas consequências. A primeira delas diz respeito ao futuro que os camponeses teriam no aprofundamento das relações de produção especificamente capitalista. Neste sentido, o presente artigo busca as interseções possíveis para se compreender a Questão Agrária colocada na Amazônia Oriental a partir da luta dos subalternos e àquelas enfrentadas pelos camponeses durante o processo revolucionário russo.

Palavras – Chave: Questão Agrária; Anarquismo; Campesinato; Rússia Revolucionária; Amazônia Oriental.

AGRARIAN QUESTION, PEASANTRY AND ANARCHISM – INTERSECTIONS BETWEEN REVOLUTIONARY RUSSIA AND THE EASTERN AMAZON

ABSTRACT

Since the nineteenth century, the intellectuals of critical theory have focused on the elements that form, compose, and condition the Agrarian Question. These debates took their first steps in the second half of the nineteenth

¹ Projeto de Pesquisa desenvolvido no interior do GPTECA - Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia através de bolsa PIBIC – FAPESPA coordenado pelo Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel. Parte das reflexões aqui expostas foram discutidas no mini-curso A Revolução na Revolução – anarquismo e campesinato na Revolução Russa, os casos da Makhnovitchina e de Kronstadt no interior do Seminário Nacional 100 anos da Revolução Russa – debates sobre democracia, socialismo e anarquismo realizados pelo Projeto Confronto de Ideias coordenado pela Profª Dra. Marly Gonçalves da Silva ligado à Faculdade de Ciências Sociais – FACS/IFCH-UFPA.

century, especially since the construction of the International Association of Workers - AIT, popularly known as 1st International. In this arena two great readings of the reality that the development of the capitalist system put to the field stood out. A first matrix whose main theorists were James Guillaume and Mikhail Bakunin. Known as libertarian socialists. And the second represented by Karl Marx and Frederick Engels. Classified as the authoritarian wing of socialism. One of the controversies that these two fields fought was about interpretation of the Agrarian Question. Although there are several converging points about the understanding of the phenomenon, so many were divergent. Both those that refer to its nature and its consequences. The first concerns the future that the peasantry would have in deepening the relations of specifically capitalist production. In this sense, the present article seeks the possible intersections to understand the Agrarian Question placed in the Eastern Amazon from the struggle of the subalterns and those faced by the peasants during the Russian revolutionary process.

Keywords: Agrarian Question; Anarchism; Peasantry; Revolutionary Russia; Eastern Amazon.

INTRODUÇÃO

Desde o século XIX os intelectuais da teoria crítica se debruçam sobre os elementos que formam, compõem e condicionam a Questão Agrária³. A expansão do modo capitalista de produção e sua relação com as formações sócio-econômicas anteriores, o papel do campesinato na produção do espaço agrário, as inovações tecnológicas no rural, a constituição do assalariamento no campo, o processo de concentração de terras na estrutura fundiária são algumas temáticas as quais permeiam a agenda de pesquisa no mundo ocidental nos últimos dois séculos.

Nesse cenário, essas foram algumas polêmicas que perpassaram círculos revolucionários e acadêmicos durante muitos anos, dentre as quais destacamos: Qual seria o *lugar* da ruptura revolucionária? Nos países e regiões onde o capitalismo estaria mais desenvolvido ou em sua margem, na periferia do modelo de produção capitalista? Qual seria o papel dos camponeses na luta de classes? Na vanguarda do processo organizativo ou como massa de manobra para a nascente classe operária? O feudalismo foi um fenômeno exclusivamente europeu ou foi transportado no bojo da expansão marítimo-comercial para América Latina também? Com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a cidade e a urbanização se generalizariam a tal ponto de desaparecer com o campo e a sua ruralidade?

³ Entendemos a Questão Agrária de acordo com Piotr Kropotkin. Ela possui elementos que envolvem “a concentração dos imóveis nas mãos dos mais ricos e o desenvolvimento sempre crescente de um proletariado do campo, os pesados impostos com os quais os Estados esmagam a agricultura, a introdução na agricultura da grande produção industrial mecanizada [...] a troca mais rápida das ideias, que hoje penetram até os lugares mais isolados – todas essas circunstâncias fizeram com que as condições da cultura mudassem a olhos vistos desde há trinta anos; neste movimento, a Europa encontra-se diante de um vasto movimento agrário, que vai em pouco tempo incendiá-la por inteiro e dar a próxima revolução um alcance bem maior do que ela teria, caso tivesse se limitado as grandes cidades.” (KROPOTKIN, 2005: 117-118). Definimos a Questão Agrária a partir da leitura de Piotr Kropotkin já que ele entende o fenômeno a partir da centralidade do capitalismo (a Europa) e seu entendimento de que ela irá se mundializar dando novos contornos ao processo revolucionário. O texto de Kropotkin, *A Questão Agrária*, é parte de um conjunto de artigos publicados no jornal anarquista “Lé Revolté” entre o período de 1879 e 1882.

Essas e outras questões foram objetos de análise por teóricos e revolucionários e esses debates tomaram os primeiros sentidos na segunda metade do século XIX, especialmente a partir da construção da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT, popularmente conhecida como I^a Internacional. Nesta arena destacaram-se duas grandes leituras da realidade que o sistema capitalista colocava para o campo: uma primeira matriz cujos principais teóricos eram James Guillaume e Mikhail Bakunin – conhecidos como socialistas libertários, ala federalista da Internacional. E a segunda representada por Karl Marx e Frederick Engels – classificados como a ala autoritária do socialismo ou também conhecidos como centralistas na AIT.

Uma das polêmicas que esses dois campos travaram foi em torno da interpretação da Questão Agrária. Apesar de existirem vários pontos convergentes sobre o entendimento do fenômeno, outros tantos eram divergentes, tanto os que se referem à sua natureza como suas consequências. A primeira delas diz respeito ao futuro que os camponeses teriam no aprofundamento das relações de produção especificamente capitalista. Para o setor comandado por Marx, esse grupo social era um resíduo social em fase de extinção, uma espécie de classe extemporânea e exógena ao capitalismo – uma espécie de entulho do modo de produção anterior e, posteriormente, na dinâmica da expansão do capital para o campo, os camponeses desapareceriam. Tal sumiço se daria, de um lado, pelo seu processo de assalariamento, portanto, uma espécie de transformação em operários rurais. Por outro lado, seu desaparecimento também se operaria pela conversão em novos fazendeiros muito bem integrados à lógica do mercado capitalista (podemos observar essa tese sendo desdobrada nas obras de vários marxianos conceituados como Karl KAUTSKY, Vladimir I. LENIN, Leo HUBERMAN, Caio PRADO JR, Maria da Conceição D'INCAO, José GRAZIANO da SILVA, Ricardo ABRAMOVAY, José ELI da VEIGA). Abaixo destacamos o fragmento em que Marx faz a comparação do campesinato com um *saco de batatas*

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra

pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. (...) São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como um senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. (Marx, 2011: 114-115)

Para o agrupamento da Aliança da Democracia Socialista (ADS)⁴, liderada por Bakunin e James Guillaume na Internacional, os lavradores representavam uma lógica de resistência e eram uma classe revolucionária que poderia subverter a lógica do capital no campo. Isso ocorreria já que características estruturais desse grupo social antecipavam a sociedade justa e igualitária as quais eram pleiteadas nos programas revolucionários dos organismos de orientação ácrata, tais como: o apoio/ajuda mútua, sua negação ao estado burguês e a lógica autônoma que perpassa seu processo de produção. Tal perspectiva pode ser constatada na seguinte passagem de Bakunin ao analisar a classe camponesa no interior da Rússia

Este ideal existe na concepção do povo russo? Existe, não há dúvida, e sequer há necessidade de analisar com profundidade a consciência histórica de nosso povo para definir seus aspectos fundamentais. O primeiro e o principal destes aspectos é a convicção, partilhada por todo o povo, de que a terra, esta terra regada de suor e fecundada com seu trabalho, pertence-lhe de modo integral. O segundo, não menos importante, é ainda a convicção de que o direito fruição do solo pertence, não ao indivíduo, mas a toda a comunidade rural, ao Mir, que reparte a terra, o título temporário, entre os membros da comunidade. O terceiro destes aspectos, de importância igual à dos dois precedentes, é a autonomia quase absoluta, ao mesmo tempo que a gestão comunitária do Mir e, em consequência, a hostilidade manifesta deste último para com o Estado (BAKUNIN, 2003, pp. 29-30)

Em síntese temos, então, três questões colocadas pelas esferas políticas (anarquismo e marxismo) no interior do pensamento revolucionário no século XIX. A primeira delas diz respeito ao sujeito revolucionário, ou seja, quem seria ou quais seriam os setores da população

⁴ A Aliança era assim definida por Bakunin: “A Aliança é o complemento necessário da Internacional.. – Mas a Internacional e a Aliança, tendendo para o mesmo objetivo final, perseguem ao mesmo tempo objetivos diferentes. Uma tem por missão reunir as massas operárias, os milhões de trabalhadores, com suas diferenças de profissões e países, através das fronteiras de todos os Estados, em um só corpo imenso e compacto; a outra, a Aliança, tem por missão dar às massas uma direção realmente revolucionária. Os programas de uma e de outra, sem serem de modo algum opostos, são diferentes pelo próprio grau do seu desenvolvimento respectivo. O da Internacional, se tomado a sério, contém em germe, mas somente em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é a explicação última do [programa] da Internacional.” (BAKUNIN, M. “Carta a Morago de 21 de maio de 1872”. In: CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes, IHS de Amsterdã, 2000.

responsáveis pelo desenvolvimento da revolução (sujeito revolucionário). A segunda se remete aos componentes táticos e estratégicos da transformação social, isto é, qual modelo ou quais modelos deveriam ser adotados para a ruptura revolucionária e emancipação dos sujeitos subalternos (transformação social). Por fim, qual ou quais tempos-espacos que esse processo teria maior capacidade de acontecer (qual o lugar da revolução).

Levando em consideração a trajetória de lutas dos camponatos na Amazônia Oriental e da Rússia revolucionária, bem como o estudo sistemático do seu modo de vida em vários lugares do planeta, podemos inferir que estes sujeitos sempre buscaram nos seus horizontes estratégicos a afirmação de tais princípios. Estes princípios foram destacados pelos anarquistas – o apoio e a ajuda mútua, elementos de solidariedade de classe como os mutirões, puxiruns e trocas de dias; a autonomia organizativa presente em várias comunidades no seu aspecto político buscando a horizontalidade, a autogestão econômica na organização do trabalho familiar e a autonomia em relação aos patrões já que eles detêm os seus meios de produção.

Neste sentido, o presente artigo busca as interseções possíveis para se compreender a Questão Agrária colocada na Amazônia Oriental a partir da luta dos subalternos e àquelas enfrentadas pelos camponeses durante o processo revolucionário russo. Destacando-se, para isso, os processos de produção e reprodução camponesas que operam um repertório de instrumentos, os quais remontam aos princípios anarquistas, na construção de seus territórios – tanto materiais como imateriais. Para isso, os Assentamentos Rurais serão o lócus escolhido para observação sistemática e participante de tal reflexão.

A necessidade de descolonizar o conceito de camponês – as experiências amazônica e russa

É comum dentro de uma concepção vanguardista a visão de que devemos levar os preceitos (muitas vezes europeus) de transformação social para os povos do campo – sejam eles indígenas, quilombolas ou camponeses. Uma rápida revisão de experiências na América Latina confirma tal hipótese. A experiência cubana, a construção dos zapatistas no México, as guerrilhas camponesas na Colômbia e o Sendero Luminoso no Peru são empirias que podemos destacar nesse processo.

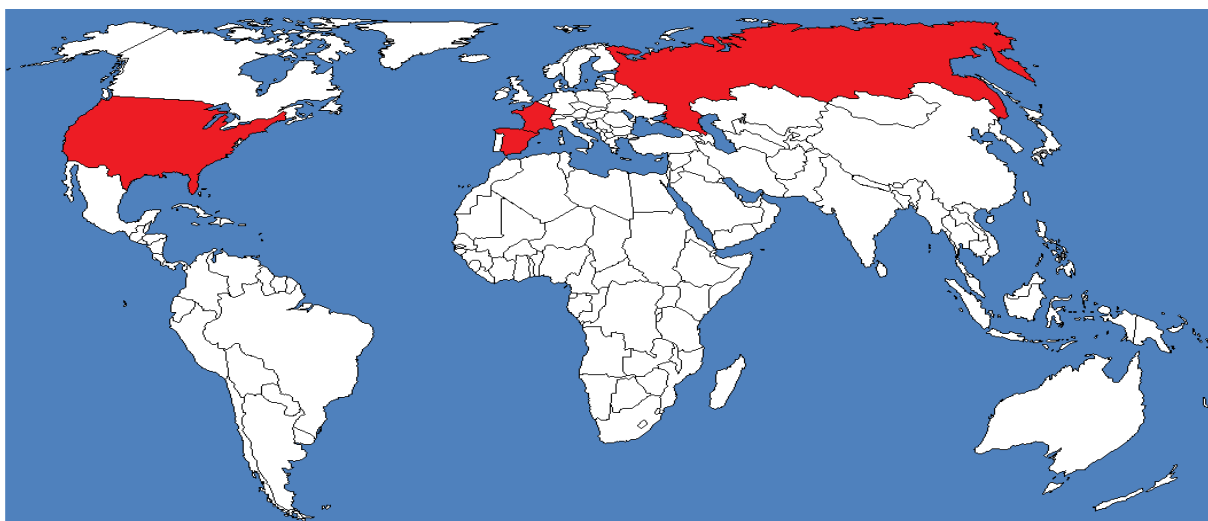
Entretanto, o que muitas vezes se oculta nesses esforços “iluministas” de *levar os princípios da revolução* para esses grupos sociais é a existência do perigo de *levar o fermento e eles chegarem como o bolo pronto*. Utilizamos este recurso da metáfora (e já pedimos

perdão por isso) para dizer que o que era considerado *revolucionário* nas teorias críticas europeias, nas comunidades rurais já se praticava a partir do seu espaço vivido no cotidiano banal, o qual vai desde as relações no interior da unidade familiar até relações mais amplas na labuta com a terra e nas suas relações diretas com a natureza. O que chamaríamos de inovador entre os humanos europeus não passa de práticas repetidas na Amazônia há pelo menos nove mil anos.

Esta advertência se justifica para esclarecer que nosso caminho de pesquisa neste artigo não é estudar as ferramentas libertárias para “encontrá-las” no horizonte camponês. É ao contrário. É entender como, na dinâmica desses grupos sociais, os princípios até então pregados no arsenal doutrinário do anarquismo podem ser encontrados nas práticas de resistência histórica desses povos. A autonomia, a autogestão, a ação direta, as solidariedades orgânicas e as relações diretas com a natureza são elementos que fazem parte da práxis dos grupos camponeses desde tempos imemoriais.

Por isso, há uma necessidade de pesquisa que procure descolonizar a leitura do anarquismo incorporando ao seu escopo uma crítica à narrativa colonial do mundo que subalterniza saberes e grupos. Tal assertiva passa pela procura do encontro de espistêmes e racionalidades diversas. Uma simetria de construções entre o anarquismo europeu, dos chamados grandes sábios: William Godwin, P.J. Proudhon, M. Bakunin, Leon Tolstói, Max Stinner, Pietro Kropotikin, Benjamin Tucker (ELTZBACHER, 2011) com práticas e saberes de grupos subalternizados, como os camponeses no mundo e especialmente na Amazônia os quais, por meio de suas diversas experiências territoriais, contribuíram igualmente para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Inclusive com as práticas e experiências de rupturas revolucionárias pelo mundo (WOLF, 1972). Abaixo, uma figura representando a centralidade nos países do hemisfério norte na produção das teorias anarquistas:

FIGURA 01 – Base Geográfica dos Sete Grandes Sábios do Anarquismo.



Fonte: CORRÊA, F.; VIANNA, R. (2013)

O pensamento não se encontra com a ação. Acima podemos observar o caráter eurocêntrico de produção teórica sobre o anarquismo. Tal cartografia não se encontra com as experiências revolucionárias de inspiração ácrata colocadas em prática pelos camponeses no mundo. Estamos nos referindo às práticas de autogestão e coletivização protagonizadas por lavradores em vários cantos do mundo e que tiveram no anarquismo a sua principal inspiração. Em recente estudo Corrêa & Vianna (2013) analisaram 27 casos de experiências revolucionárias anarquistas pelo mundo (Figura 02). Dessas, 19 das bases do anarquismo estão nas cidades, entre o proletariado urbano (70%) 8 das bases do anarquismo estão nos campos, entre trabalhadores do campo e camponeses (30%).

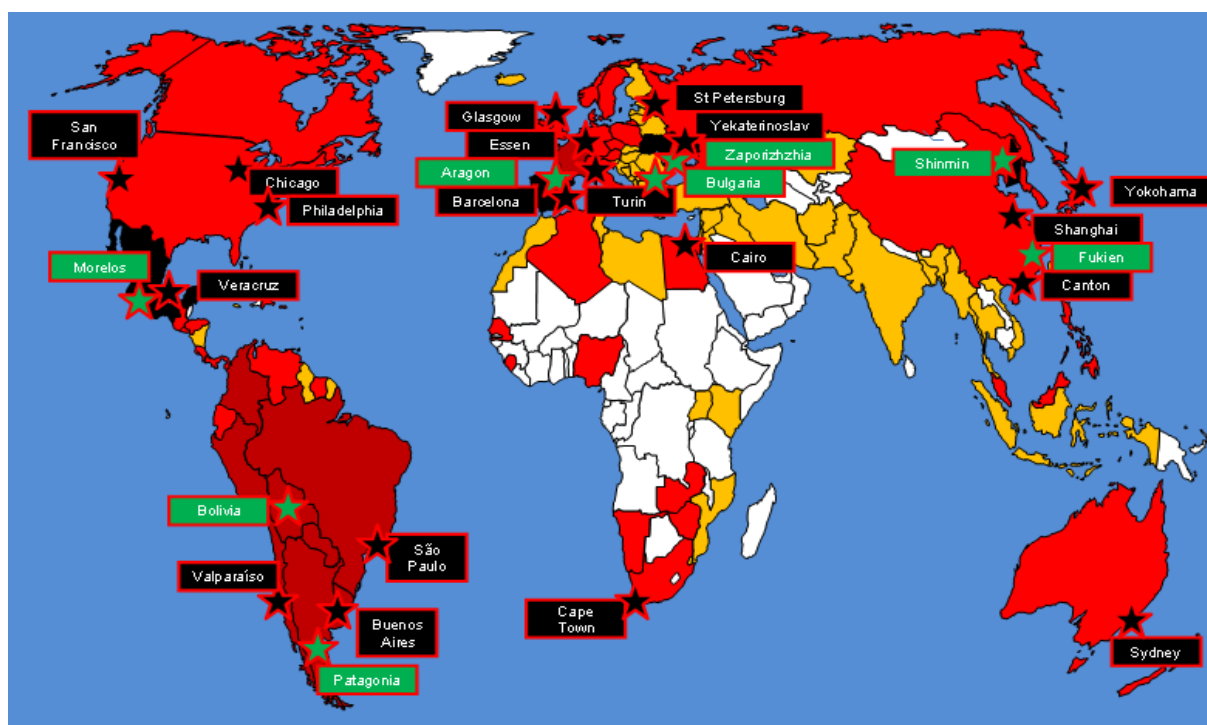
Acreditamos que ainda existe um vácuo nos estudos das ciências sociais sobre as intersecções entre a teoria revolucionária anarquista e as experiências territoriais camponesas. Para se aproximar disso vamos fazer relações entre as experiências desenvolvidas por camponeses num movimento que ficou conhecido como a Macknovischina⁵ e a luta camponesa na Amazônia Oriental⁶.

Abaixo uma ilustração das experiências anarquistas pelo mundo.

⁵ O Movimento Makhnovista foi um movimento de massas de guerrilha libertária camponesa entre os anos de 1917 e 1921 que estabeleceu a autogestão nos campos da Ucrânia através da desapropriação dos latifúndios e sua coletivização. Essa experiência gerou um documento importante para a história do anarquismo organizado chamado de A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas. Um documento apontando a necessidade de construção de um método e de programa anarquista para as organizações populares. Com forte influência hoje na construção do anarquismo na América Latina.

⁶ Em especial, nas lutas mais contemporâneas postas em prática a partir de intervenções fundiárias na década de 1990 com a expansão dos projetos de Assentamentos Rurais no Brasil e vinculados aos movimentos sociais de massa como o MST.

FIGURA 02 – Experiências Revolucionárias Anarquistas nos Cinco Continentes



FONTE: CORRÊA, F.; VIANNA, R. (2013)

Neste sentido, o artigo *Questão Agrária, Campesinato e Anarquismo – interseções a partir da Rússia Revolucionária e da Amazônia Oriental* procura ajudar na compreensão sobre os nexos causais entre a teoria revolucionária anarquista e as experiências de camponeses na re-existência colocadas pela expansão geográfica do modo de produção capitalista. Escolhemos para isso dois espaços que sofreram essa característica de fronteira: a Amazônia e a Ucrânia (Rússia). Dois espaços que têm em comum sua condição de fronteira, permeados por temporalidades distintas. Vamos a elas.

A luta do campesinato na Macknovischina (Ucrânia) e o anarquismo

Um elemento em comum entre a Amazônia e a Rússia pré-revolucionárias é a sua condição de fronteira – recuperando uma categoria anglo-saxã, uma *fronteira em movimento*. Tal assertiva já foi trabalhada na tese clássica de Otávio Guilherme Velho, *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (1976), quando o autor, na ocasião, compara três fronteiras em movimento: a estadunidense, a amazônica e a russa. O que existe em comum nos três casos é o fenômeno da acumulação originária de capital. Porém, o autor conclui que existe uma diferença entre o deslocamento das mesmas. No caso das duas Ocidentais temos o itinerário em direção a Oeste (EUA e Brasil). Já na Oriental (Russa) sua mobilidade é em direção a

Leste. Outra similaridade entre a região amazônica e a Sibéria é a incorporação de um modelo de capitalismo autoritário⁷.

A primeira face do autoritarismo no desenvolvimento do capitalismo russo é o fenômeno do Czarismo. O termo *Czar* é um desdobramento de *Caesar* porque se considerava Moscou como continuidade histórica de Roma – a terceira Roma (Roma – Constantinopla – Moscou). A política czarista, sempre autocrática e similar a monarquias centralizadas europeias, oscilou nos dez últimos séculos entre frear e incentivar a migração para interior de seu território. Alternava entre dois modelos de colonização: um “espontâneo” e outro sumário, de Estado. No perfil “espontâneo” destacamos o papel dos Cossacos para entender o processo de ocupação da Rússia. Eram grupos sociais com característica caçadora, pescadora e pastora. Através de um nomadismo relativo foram responsáveis pela conquista das estepes e, eventualmente, pela extensão gradual do poder do estado sob autonomias locais, as quais procediam principalmente de Moscou e da Ucrânia. Durante muito tempo foram grupos amantes da liberdade e praticamente ingovernáveis, representando os anseios da revolução social e optando politicamente por camponeses e explorados de uma forma geral (TRAGTEMBERG, 2007).

Gradativamente os Cossacos são incorporados à lógica da política territorial do Estado Czarista. Pedro o Grande, em meados do século XVIII, se autoproclama como o único indicador do *Ataman* (Chefe, livremente eleito dos Cossacos) transformando-o numa figura agente do poder de Moscou passando a ser nomeado diretamente pelo Ministro da Guerra. Agora, além de serem agentes colonizadores são aproveitados pelo Estado em sua polícia interna. A casta desses oficiais cossacos transforma-se num grupo de grandes latifundiários admitidos no estamento da nobreza e oficialmente reconhecidos pelo poder central (TRAGTEMBERG, 1997).

Pedro o Grande avança a fronteira de recursos ao longo do século XVIII estabelecendo postos de forças cossacas avançadas ao leste da Sibéria. Isto coloca em cheque uma

⁷ Este termo é um modelo de desenvolvimento do capitalismo naqueles países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia, o que levou o Estado a assumir o comando de um processo de modernização e transformação da sociedade a fim de não submergir e sucumbir. Sua característica principal é um sistema de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente. Sua diferença em relação ao capitalismo clássico burguês reside no nível intenso de dominação da instância política. No âmbito da formação nacional, o político mantém um alto grau de autonomia em relação ao econômico e a uma grande capacidade de agir sobre ele. Por fim, podemos dizer que sob o capitalismo autoritário, a burguesia embora economicamente dominante, não é hegemônica (VELHO, 1976). Tais características contribuem frontalmente para que alguns aspectos entre as regiões pesquisadas sejam similares. A primeira delas é a relação de servidão entre os proprietários e os camponeses. A relativa oferta de terras livres. A violência estrutural e a intensa migração e mobilidade em seu interior. Esses são alguns elementos que soldam a Amazônia com a Sibéria.

característica essencial dessa região: o não reconhecimento em toda sua extensão de uma nobreza senhorial bem como sua lógica de exploração, a servidão. Sua forma de organização espacial era a *Comuna* ou *Mir*. O tom desse padrão de organização social era a cooperação que ia desde a limpeza da terra para o plantio até formas de trabalho coletivo, como o mutirão. Apesar das terras pertencerem legalmente ao Estado, os camponeses trabalhavam a terra a partir da lógica do princípio da ocupação do solo. A terra é de quem nela trabalha. A pressão paulatina czarista sobre os recursos na Sibéria coloca em cheque a lógica livre da Comuna camponesa abrindo, no século XIX, uma fase de várias revoltas camponesas no interior da Rússia.

Para nossos interesses, no artigo vale, então, apresentar algumas características do *Mir* na Rússia. A Comuna livre camponesa adquire, a partir da segunda metade do século XIX, após a abolição da servidão, importância fundamental. Os *populistas* russos viam nela uma instituição de raiz do povo, capaz de antecipar o socialismo agrário sem passar necessariamente pela fase capitalista. Por isso os membros da comuna tinham direito hereditário de integrá-la, a organização do trabalho era familiar e redistribuíam as parcelas de terra conforme a capacidade de cada um e o número de membros do núcleo familiar. Pastos, bosques e pradarias eram de utilização comum, assim como a venda de terras sem uso ou a compra de novas, as quais eram decididas coletivamente.

Esse tipo de organização fundiária passa a ser alvo do processo de acumulação do estado czarista por intermédio do aumento de impostos e da intensificação da concentração de terras pelo latifúndio ao longo do século XIX. O estado introduziu o passaporte interno e este dispositivo controlava a mão de obra, convertendo-a permanentemente em trabalho sumário na construção de canais, da nova frota naval, das estradas de ferro e para abastecer as forças militares através de seu serviço obrigatório. Todos esses elementos inauguram, como falamos acima, uma temporada de rebeliões camponesas que vão sacudir as estruturas da sociedade russa, assim como o debate de ideias em torno do processo de transformação social de seu território. Basicamente, este debate coloca o enfrentamento de dois grandes campos da teoria crítica: os marxistas e os populistas russos.

A polêmica basicamente diz respeito às etapas do processo de transformação social e o lugar do sujeito revolucionário nesse processo de transformação. Isto ocorreu enquanto os populistas russos pregavam a passagem direta do país ao socialismo utilizando as estruturas organizativas do *Mir* (Comuna) camponês. Isso era afirmado com base na certeza de que essa estrutura continha os germes da organização social com justiça, socialização dos meios de

produção (terra principalmente), autonomia, trabalho coletivo e horizontalidade. Era possível, então, ir ao socialismo sem passar necessariamente pela modernização capitalista. Para os marxistas, principalmente na figura de Plekanov e sua organização *Emancipação do Trabalho*, o projeto revolucionário passava primeiro pelo desenvolvimento das forças produtivas, passando pela formação capitalista para, depois, se chegar no socialismo. Eles pensavam de acordo com as etapas que vislumbravam Marx e Engels: comuna primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo.

Outra questão importante nesta divergência era a centralidade do sujeito o qual concretizaria o processo revolucionário. Para as organizações narodnistas (populistas), o campesinato cumpriria esse papel e teria lugar central na transformação social. Já as organizações de orientação marxistas pregavam que o sujeito das transformações era o proletariado urbano. Na tradição Narodnista destaca-se um mosaico de tendências e agrupamentos. O precursor era o Terra e Liberdade (1862), o qual tinha entre suas principais lideranças Lavrov e Herzen. Posteriormente o partido racha e se cria uma nova organização: a Vontade do Povo (1876). Um setor deste partido faz a opção pelo terrorismo, tendo como sua ação mais famosa o assassinato do Czar Alexandre II. Podemos destacar ainda um vetor anarquista entre os populistas – agrupamento este que se origina o próprio Bakunin.

Dentre as principais teses dos Narodnistas destaca-se a ideia de que o frágil desenvolvimento do modo de produção capitalista no espaço russo e as consequentes características da luta de classes no campo colocam a revolução social na ordem do dia e a classe camponesa (Mujique) como central para o processo de ruptura. Isto não nos leva a crer na principal crítica dos bolcheviques aos populistas: a de que os narodnistas negavam que o capitalismo estivesse no embrião da Rússia. Tchernchevsky escreveu muito sobre o perigo de que a Obchtchina (Comunidade Camponesa) corria com a consolidação e a expansão desse mesmo capitalismo. Nicolau Frantsevitch Danielson, em um texto clássico, preocupou-se em estudar as formas de acumulação capitalista na Rússia destacando o seu caráter específico (DANIELSON, 1982). Podemos, então, concluir que, ao contrário do que disse Lenin, os populistas jamais idealizaram a Comuna Rural (Obchtchina). A valorização do Mir não se deve a nenhum “misticismo campesino”, mas à sua capacidade estrutural de forjar a futura sociedade socialista no cotidiano e no lugar de sua vivência. Tudo isso numa relação direta com a natureza.

Desse modo, podemos afirmar tranquilamente que a polêmica entre marxistas e narodnistas vai perpassar todo processo revolucionário russo. Levamos em consideração esse

processo nas “três revoluções” russas. A primeira de 1905, a segunda em fevereiro de 1917 e, por fim, a de outubro de 1917. Entender as questões que colocavam as ideias de Marx em debate com o pensamento populista e essa trajetória da ruptura revolucionária é ponto chave para pensar o fenômeno do movimento camponês Macknovista.

Desde a virada para o século XX várias organizações operárias começam a se formar em várias cidades russas, principalmente em Moscou. Em fins de 1904 havia onze seções operárias na capital. Todas elas controladas pela Igreja Católica e pelo Czar por meio de uma figura chamada Padre Gapon. Todas as reivindicações que ultrapassassem o limite das melhorias imediatas econômicas eram desestimuladas pela política czarista. Em dezembro de 1904, na Usina Putilov em São Petersburgo, os operários decidem fazer uma pauta de reivindicações na linha do imediato econômico próprio dos sindicatos controlados pela liderança religiosa. Os patrões dessa Usina decidem demitir os envolvidos nesta luta. Em consequência, os operários de outras seções se solidarizam e organizam uma manifestação em frente ao Palácio de Inverno para entregar uma petição formulada por Gapon ao Czar em nome dos trabalhadores urbanos e rurais da Rússia. O Partido Socialista Revolucionário reivindica um documento mais radical rompendo a fidelidade que movimento sindical tinha ao imperador e coloca direitos significativos como liberdade de imprensa falada e escrita; liberdade sindical; direito à greve; expropriação dos grandes latifúndios em benefício das comunidades camponesas e estabelecimento de 08 horas diárias de trabalho (TRAGTEMBEG, 1997).

Os manifestantes foram metralhados em frente ao Palácio de Inverno. Centenas de corpos foram conduzidos por trem para valas comuns fora da cidade. O Padre Gapon pede perdão publicamente ao Czar que, por sua vez, quer que o religioso informe os principais líderes do movimento e do Partido Socialista Revolucionário. Ele obedece a delação e um dos militantes do partido identifica-o. Como resultado, os manifestantes enforcam o Padre e no dia 10 de janeiro de 1905 decretam Greve Geral no país. É nesta ocasião que se cria o primeiro Soviete de delegados operários. Esta instância inicialmente se configura como uma tática de auxílio mútuo para o enfrentamento das contingências que a greve iria impor. Em seu interior participavam diversos setores do movimento sindical organizado. Eles editavam jornais e faziam debates sobre a conjuntura. Este exemplo se disseminou em vários cantos do país. No espaço rural, também, criou-se a União Camponesa – uma associação de trabalhadores camponeses com forte inspiração socialista a qual possuía uma grande base na Ucrânia. Era o exemplo da democracia direta difundindo-se tanto no campo como na cidade.

No campo ucraniano, no calor das movimentações de 1905, desponta uma grande liderança camponesa e anarquista chamada Nestor Makhno. Este se destaca pela sua intrepidez e suas ações radicais contra os policiais e os ricos proprietários rurais, as quais eram basicamente atentados e expropriações na Ucrânia meridional – em especial nos territórios de Odessa e Ekaterinoslav (municípios onde o movimento anarquista era forte). É válido lembrar que toda tradição anarquista e libertária é descendente direta dos Narodnikes ou Populistas Russos. Todavia, desde 1880, os populistas ou tinham se exilado ou foram massacrados pelo regime czarista. Os anarquistas, então, a partir de 1905, significam uma espécie de retorno ou de reorganização daquela antiga tradição populista (ARSHINOV, 1987).

Em setembro de 1906, Makhno entra em contato com um grupo de camponeses terroristas anarco-comunistas chamado de União dos Livres Agricultores. Este atuava basicamente em Gulyai – Pole. Nesse mesmo ano, aquele foi preso por posse de armas, mas logo foi solto por ser menor de idade. O grupo conduziu, ao longo desse ano, quatro expropriações sem nenhum derramamento de sangue. Ele exigia dinheiro “para os famintos” ou simplesmente expropriava para o anarquismo e desapareciam. Até 1909 realizaram várias ações pela região, até que em novembro de 1909 a União assassinou o policial Karachentsev. Em 22 de março de 1910, Makhno e seus companheiros foram presos e condenados a morte por enforcamento. À época o militante anarquista não tinha participado de nenhum assassinato, contudo o processo de criminalização do movimento estava intenso e era preciso dar exemplo para coibir futuras ações. Um fator decisivo foi importante para a sua salvação da força: a falsificação da data de seu nascimento feita em algum momento pelos seus pais. Por conta disso, foi considerado menor de idade e sua pena comutada por uma pena perpétua de trabalhos forçados na prisão política de Butyrki, em Moscou.

Da prisão Makhno só sai com a revolução de fevereiro de 1917 e em março do mesmo ano retorna para sua aldeia em Gulay Polé. Esta é uma época de euforia revolucionária. Os presos políticos do czarismo saem do cárcere. Na Ucrânia, rápido se estabelece a Rada Central⁸ e Makhno reorganiza o Grupo Anarco Comunista da região sob influência teórica direta de Piotr Kropotkin. Ainda no final de março Nestor foi eleito para o comitê executivo da União Geral dos Camponeses – UGC (fundada em 1905). Uma das primeiras medidas da

⁸ Organização nacionalista burguesa contra-revolucionária constituída pela coligação dos partidos e grupos burgueses e pequeno-burgueses nacionalistas ucranianos no Congresso Nacional de Toda a Ucrânia, realizado em abril de 1917 em Kíev. A Rada Central procurava consolidar o poder da burguesia e dos latifundiários ucranianos, criar um Estado burguês ucraniano, utilizando para isso o movimento de libertação nacional da Ucrânia.

organização dos agricultores foi a paralisação do Comitê Social, órgão que apoiava o Governo Provisório. Assim, a União dos Camponeses paulatinamente substituiu o Comitê Social (que apoiava o Governo Provisório de Fev. de 1917) apoderando-se de suas seções. Em agosto de 1917 transforma-se no Soviete de Gulai-Polé.

Começa, então, uma resistência sistemática contra a ocupação alemã na Ucrânia (tudo isso no contexto da primeira guerra mundial). Com uma unidade de um pouco mais de três dezenas de *partisans*, os *makhnovistas* imprimem uma derrota às superiores forças alemãs expulsando-as de seu território⁹. Os grandes latifundiários da região apoiavam os alemães contra as forças revolucionárias e com a retirada dos germânicos começam um processo de socialização das terras dos fazendeiros e dos *kulaks*¹⁰ – um confisco dos registros de terra – tomando-os do Estado (a partir da expropriação dos documentos nos cartórios). O objetivo era a reorganização da distribuição de terras através da expropriação dos Kulaks e da aristocracia; o programa agrário dos anarquistas propunha a liquidação da propriedade dos camponeses ricos e dos senhores feudais (25 de setembro de 1917). É importante dizer aqui que esse confisco foi feito antes do Congresso Pan Russo dos Sovietes e da Assembleia constituinte.

Os Makhnovistas criaram seu próprio Comitê de Defesa da Revolução e as armas desse comitê foram expropriadas dos kulaks. Instala-se, então, tribunais populares nas reuniões dos camponeses para decidir o destino dos acusados. Geralmente as tropas alemãs capturadas eram libertadas, com exceção de oficiais e civis alemães considerados espiões. Estes eram executados. Paralelamente a isso, no início de 1919 os makhnovistas apostam na construção de escolas de orientação libertária e intensificam a propaganda anarquista. As crianças eram ensinadas a ler e passavam ao treinamento militar na forma de jogos militares. Contudo, o principal trabalho educativo era conduzido junto aos adultos. Cria-se, assim, um conselho de cultura e propaganda responsável pelo esclarecimento e a agitação junto à população. A liberdade de propaganda foi estimulada. Foram abertos dez hospitais na região, oficinas organizadas para produção de ferramentas e equipamentos em geral. Nesta empreitada os Militantes dos Socialistas Revolucionários de esquerda estavam juntos.

A partir de 1919 os Exércitos Brancos ampliam sua campanha na Ucrânia. Entre 24 de janeiro e 4 de fevereiro foram travadas batalhas dramáticas contra os anarquistas do EIRU – Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia (também conhecidos como Makhnovistas). A tese de Aleksandr Shubin é que os Makhnovistas foram obrigados a fazer um acordo, pois a

⁹ Após a expulsão dos alemães, Makhno passou a ser chamado pelo respeitoso apelido de *Batko*, que significa “paizinho”.

¹⁰ Um termo pejorativo usado pelo vocabulário político russo para se referir aos camponeses ricos.

única fonte de suas armas era do Exército Vermelho. Aumenta-se a quantidade de armas, aumenta-se os combatentes. Houve, então, a evolução dos guerrilheiros – em janeiro, o Exército contava com 400 combatentes. Em março, já eram 5.000 guerrilheiros. Em abril, de 15 a 20 mil soldados. Em seu auge, no final de 1919 e início de 1920, o EIRU conseguiu contar em suas fileiras com 110 mil pessoas.

Os Makhnovistas fortalecidos derrotaram o General Denikin, um dos principais comandantes do Exército Branco. O final da luta contra os Brancos foi marcado pelo roubo do seu trem, que carregava 1.500 toneladas de pão. Estes alimentos foram enviados a Moscou e Petrogrado como uma “oferenda” do EIRU aos Bolcheviques, os quais estavam com dificuldade de alimentação nessas cidades.

Começam, portanto, as disputas no interior dos soviets entre Makhnovistas (EIRU) e Bolcheviques. A questão camponesa mostra-se como centro da polêmica entre as duas concepções. Os Bolcheviques apostavam no desenvolvimento de Fazendas Estatais, o que ia de encontro à posição dos camponeses sob orientação anarquista na Ucrânia, já que os revolucionários do EIRU propunham a coletivização das terras. Logo, um sistema de requisição de alimentos foi imposto aos camponeses. As lideranças bolcheviques urbanas, alheias à realidade camponesa, insistiam na estatização das terras. Um discurso proferido por Makhno na ocasião ilustra essa questão

O governo Bolchevique da Ucrânia se autoproclamou guardião dos trabalhadores. Colocaram as mãos sobre todas as riquezas do país e a consideraram propriedade do governo. A burocracia do partido, colocando novamente em nossos pescoços os grilhões das classes dominantes, tiraniza o povo. Eles zombam dos camponeses, usurpam o poder dos trabalhadores e não dão trégua aos insurgentes. Os esforços dos Bolcheviques para nos humilhar e humilhar os homens de Grigorev, a tirania da Cheka [Comissão Extraordinária Pan-Russa dos Bolcheviques para Combater a Contrarrevolução e a Sabotagem] contra anarquistas e organizações socialistas revolucionárias, tudo indicava um retorno ao despotismo do passado (MAKHNO apud ARSHINOV, 1987, pag.22)

Neste momento de nosso artigo, é importante destacar algumas características gerais do Movimento Makhnovista para entender a divergência com os Bolcheviques e a sua principal liderança militar, Leon Trotsky. A primeira delas é seu caráter essencialmente popular. Desde a sua origem até o fim, grande parte das fileiras do movimento foram compostas de camponeses pobres que viam no território autônomo da Ucrânia a possibilidade de resgate de sua dignidade. O EIRU primava pelo direito dos trabalhadores se auto-organizarem exatamente para garantir seu caráter autônomo. A organização da produção e a recondução do tecido social tinha na autogestão socioeconômica outro princípio. Mais do que

isso: uma categoria da práxis revolucionária. Todas as ações na Makhnovishina tinham por base um antiestatismo na sua edificação social. Em nome destes princípios tombaram 300 mil pessoas ao longo de uma experiência de 5 anos. Abaixo, uma figura que ilustra no mapa da Ucrânia o território da Makhnovishina.

FIGURA 03 Aproximação cartográfica do Território da Makhnovishina.



Fonte: [http://www.wikiwand.com/pt/Territ%C3%B3rio_Livre_\(Ucr%C3%A2nia\)](http://www.wikiwand.com/pt/Territ%C3%B3rio_Livre_(Ucr%C3%A2nia))

Elementos territoriais dos Assentamentos Rurais e sua relação com o Anarquismo

Com o estudo das diferentes clivagens territoriais (migração, trabalho, família e saberes), podemos inferir algumas conclusões sobre o perfil do campesinato que vem forjando-se no interior da fronteira amazônica e sua relação com as ferramentas históricas manejadas pelo anarquismo.

A primeira delas é a constatação que os grupos domésticos nesta região vêm acompanhando historicamente as fronteiras do Estado Nacional. Conversamos com trabalhadores cujos avós eram migrantes italianos e que chegaram ao Brasil para trabalhar na agricultura do café na divisa de São Paulo com o Paraná. Outros lavradores tinham avós que saíram da Bahia ou de Pernambuco e deslocaram-se para o Oeste do Maranhão ou para o norte de Goiás em meados da década de 1950 em busca de terras devolutas. Os seus pais, por sua vez, saíram desses estados nas décadas de 1960 e 1970 e adentraram o Pará em busca de trabalho acompanhando novas frentes econômicas com o alargamento da fronteira. Tal situação nos força o entendimento de que a migração aparece no horizonte das famílias como uma “bagagem”, passada de pais para filhos, e ao mesmo tempo como consequência de uma

política de estado a qual historicamente exclui os camponeses para as bordas de expansão do capitalismo. Este é um fenômeno similar entre as fronteiras russa e amazônica.

Por outro viés, a terra no horizonte do campesinato na fronteira amazônica, ao contrário do Sul do Brasil ou mesmo da Europa, não é – necessariamente – sinônimo de fixação, de enraizamento ou de imobilidade. É importante compreender a diferenciação do campesinato na fronteira amazônica no que se refere à representação da terra. Geralmente, para este campesinato, migrante da e na fronteira, a terra é recurso aberto e inesgotável, diferente da visão de outros grupos camponeses pelo Brasil, como os colonos do Sul ou mesmo de agricultores familiares na Europa, onde encontramos famílias fixadas em um mesmo lote de terras há 700 (setecentos) ou 800 (oitocentos) anos. A apropriação da terra para os camponeses da Amazônia não é sinônimo necessariamente de fixação. Por isso, nos indagamos: será que a propriedade da terra, assim como a produção agrícola, é condição para o indivíduo se sedentarizar, como comumente percebemos na literatura que trata da transformação das sociedades nômades para sociedades sedentárias? No caso da fronteira nos parece que não podemos afirmar com tanta certeza. Assim como a apropriação da terra não é sinônimo de fixação, tão pouco parece sinônimo de propriedade privada individual permanente.

O perfil de gênero do camponês migrante na fronteira é masculino. Porém, existe uma tendência ao equilíbrio entre os sexos na composição demográfica recente. Contudo, registramos alguns casos que extrapolam uma visão binária da leitura de gênero e de sexualidade. É o caso de uma lavradora da Palmares com quem conversamos no trabalho de campo. Ao indagarmos sobre sua trajetória laboral ela disse que trabalhou como garimpeira em Serra Pelada no início da década de 1980. Sabedores de que era proibida a presença da mulher nos barrancos do garimpo, retrucamos dizendo que tinha trabalhado em alguma atividade de suporte à mineração. Ela continuou afirmando que foi na lavra e seu nome no momento era “João”. Tomamos um pouco de fôlego e, curiosos, perguntamos como assim. Ela nos explicou a história. Disse que pela necessidade de trabalho, já que tinha filhos e seu marido tinha morrido recentemente, precisou se transvestir e adotou o pseudônimo de João. Passou dois anos no “personagem” e disse que nunca ninguém desconfiou que ela fosse mulher.

Se entre os camponeses entrevistados a grande maioria eram do Nordeste brasileiro, especialmente do Estado Maranhão, a geração que é sua filha nasce paraense. Tal conclusão desautoriza algumas desqualificações comuns de serem ouvidas pelo interior do Pará. Tais

como: são pessoas de fora do Estado e da região que vêm para “invadir” as terras na Amazônia. Para aprofundar a reflexão detectamos uma rede de parentesco que se estabelece no sentido dos antigos moradores das fazendas que, por sua vez, têm seus filhos ligados à luta pela terra e territorializados nos assentamentos rurais, os quais se avolumam a partir da década de 1990. Estes, no que lhes concerne, já tiveram seus próprios rebentos e hoje encontram-se em acampamentos mais distantes igualmente em outros lugares da fronteira envolvidos na luta pela terra. É o caso do acampamento na Fazenda Cabaceiras. Cumpre-se um ciclo neste sentido: Trabalho na Fazenda – Acampamento na Fazenda – Assentamento Rural – Acampamento na Fazenda. Uma espécie de atavismo na luta pela conquista da terra, espacialmente estabelecido por intermédio da ação direta na ocupação do latifúndio.

Do ponto de vista de uma territorialização a partir da lógica do trabalho encontramos um elemento que perpassa e dá unidade a todas as estratégias de conversão e reconversão social – a necessidade de retorno ao campo, através da conquista da terra e garantia de autonomia por meio da estruturação do que estamos chamando aqui de matriz camponesa e que é portadora das seguintes características: a busca pela posse da terra; no trabalho, essencialmente, agrícola; na mão de obra prioritariamente familiar; nas relações familiares primárias; num estilo de vida o qual valoriza a relação mais direta com a natureza; e na busca pela autonomia nas suas relações de produção.

A busca pela autonomia encontra um fator limitante em nosso estudo sobre o processo de reprodução dos camponeses nos assentamentos. Um fator relacionado à lógica demográfica e fundiária pelas quais os PA's são estruturados. Os assentamentos são pensados de forma sistemática para dar resposta a uma geração apenas – àquela que se encontra nas lutas pela ocupação das terras. Isso é uma espécie de “curativo” imediato que logo exporá novas “fraturas” no contexto amazônico. Estamos falando dos estoques de terras cujos são disponibilizados e não garantem a reprodução dos filhos neste mesmo lote. Em média, os lotes agrícolas nos assentamentos da Amazônia paraense giram em torno de 10 (dez) a 15 (quinze) hectares. É um estoque de terras insuficiente para uma família que em média tem em seu grupo doméstico 05 (cinco) filhos (média de filhos nos assentamentos pelo Brasil). A consequência deste problema é a saída da nova geração e uma nova “corrente” migratória se estabelece o que, geralmente, contribui para o alargamento da fronteira nas frentes de expansão. E, por outro, deposita sua cota de “culpa” nas causas do processo de fragmentação das famílias a partir da lógica da fronteira.

Um elemento importante que gostaríamos de destacar é o papel central que cumprem as escolas nos assentamentos. Nos dois assentamentos pesquisados elas eram um importante fator de territorialização. Na Palmares elas se apresentavam com uma estruturação bem definida e interessante e no PDS carecia ainda de uma ação mais efetiva do poder público junto a elas, no sentido de melhorar sua infraestrutura e seus quadros de formação – já que em cada vicinal é fundamental a presença de pelo menos uma instituição escolar. Por outro lado, os camponeses ainda precisam estabelecer uma disputa no que se refere aos currículos e às metodologias, bem como o garantir um perfil de professor senão assentado e camponês, pelo menos comprometido com a reprodução daquela comunidade.

Passando de uma educação formal e escolar à socialização dos saberes nos assentamentos, destacamos a importância da estruturação espacial baseada no binômio Vila – Lote agrícola. A vila configura-se como um importante espaço de encontro, principalmente da juventude, para as mais diversas atividades. Isto ocorre desde uma brincadeira de rua, como o Garrafão, passando pelos encontros para ensaios das quadrilhas juninas até a reunião do grupo de Hip Hop, que dança break dance na piçarra.

Ainda sobre a articulação Vila – Lote agrícola um elemento chamou a atenção na Palmares: a tendência que existe para a desarticulação do binômio. Ela se dá devido aos contínuos processos existentes de parcelamento dos lotes na agrovila pela formação de quitinetes que são alugados para trabalhadores sem um vínculo territorial com o assentamento. O fenômeno se deve à proximidade do PA em relação à cidade de Parauapebas e o preço razoavelmente barato do aluguel. Essa questão é preocupante pela capacidade que a agrovila tem em aglutinar os camponeses para as mais diversas atividades de socialização.

Agregado aos elementos acima temos a força de um processo de urbanização intenso, que é potencializado pelos poderes públicos para poderem se ver livres dos encargos sociais e infraestruturais que lhe competem. Estamos falando do INCRA, o qual insiste em teimar que a vila já é urbana e que por isso não tem responsabilidade pela sua estruturação, transferindo a sua responsabilidade para a prefeitura local. Os assentados desenvolvem resistência neste campo também. Nessa conjuntura, uma das reivindicações na dimensão simbólica é mudar a toponímia da rodovia que leva Parauapebas a Palmares, batizando-a de Rodovia dos Camponeses.

Outro elemento que gostaríamos de trazer à baila é uma tendência a qual constatamos na direção dos deslocamentos dos camponeses do Sudeste do Pará, especialmente de ex-assentados na Palmares, em direção ao Sudoeste do Pará, com destaque para o próprio PDS

em Anapu. Existe uma rede migratória que liga as duas mesorregiões, sentido leste-oeste, e mais ainda, uma relação de deslocamentos de um assentamento para o outro.

Finalizamos confirmando a hipótese de que campesinato na fronteira, além de ser um modo de produção é também um modo de vida através dos elementos que se agregam e que estão na esfera da dimensão cultural, portanto imaterial e simbólica, sem a qual não conseguiríamos entender em sua complexidade este grupo social. O que é fundamental reter desse exercício de compreensão e análise sobre os camponeses assentados na fronteira é o fato de eles se constituem em uma categoria que mantém uma perspectiva de vida ligada à produção agrícola em condições históricas e tecnológicas, as quais tentam reproduzir adaptando ao contexto atual em um ambiente socioeconômico desfavorável. A mobilidade se constitui em uma estratégia que vem se esgotando enquanto alternativa, levando a posições radicalizadas de enfrentamento para obtenção da terra, meio fundamental e central para a existência e reprodução dessa categoria.

Conclusão: a concepção periférica sobre as forças por trás da transformação social

Em nosso entendimento, o elemento que soldará as duas realidades aqui expostas, em contextos sócio-espaciais e temporais tão diferenciados, é uma concepção de mudança social que tem por base uma estratégia a qual privilegia a lógica periférica própria do instrumental do anarquismo forjado ao longo de pelo 150 anos de lutas sociais no campo. Tal concepção se assenta na noção de que qualquer centralidade deva ser destruída buscando as forças da periferia para eliminação do centro. Ao falarmos disso temos como referência o quadro de uma expansão capitalista para campo, portador da centralização na cidade como um espaço privilegiado de vivência e de proletarização da força de trabalho. Este aspecto da Questão Agrária vem se intensificando há pelo menos dois séculos.

Tendo como base a reflexão de Jong (2008) a concepção marxista ortodoxa de matriz leninista sempre privilegiou o centro como instrumento – seu modelo é sempre um centro: Estado, Partido ou Exército. Para eles a revolução é, antes de tudo, a tomada do centro e de sua estrutura de poder, que traz a lógica da produção de um novo centro para utilizá-lo como instrumento para a construção de uma nova sociedade. Para os ácratas o centro deve ser destruído imediatamente e qualquer tentativa de reconstruí-lo depois de um processo revolucionário deve ser combatida. A luta contra o centro é seu modelo revolucionário e, em sua estratégia, os anarquistas tentam evitar a criação de um novo centro. A perspectiva, então, dos socialistas libertários sempre foi orientada para a periferia.

Logo, falar em periferia é ir em busca das franjas do sistema capitalista. Desenvolver luta social em suas fronteiras agrárias de expansão como práticas insurgentes sempre compôs as estratégias libertárias. Neste sentido, o campesinato, do mesmo modo que o conjunto dos povos tradicionais, se converte em sujeitos estratégicos de transformação social porque reside em tempos-espacos pré-capitalistas e portadores de uma potência anti-capitalista. Na Rússia revolucionária do *Mir* ou na Amazônia dos Assentamentos Rurais - PA's signos estruturantes da futura sociedade com justiça e igualdade foram observados. A busca constante por autonomia, o trabalho familiar e coletivo frente ao assalariamento e propriedade individual da terra, o apoio mútuo nos momentos claudicantes da vida na roça, a valorização da educação e dos processos formativos como ferramenta para emancipação, a busca constante por tecnologias apropriadas ao ambiente e a unidade familiar de produção foram algumas das características comuns observadas nos lugares em questão em nosso trabalho.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v.02.03, p. 21-41, 2012.

ARSHINOV, Piotr. **History of the Makhnovist Movement**. London: Freedom Press [1923], 1987.

BAKUNIN, Mikhail. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Hedras/Imaginário, 2015.

BAKUNIN, Mikhail . “Carta a Morago de 21 de maio de 1872”. In: CD-ROM Bakounine: **Ouvres Completes**, IHS de Amsterdã, 2000.

BAKUNIN, Mikhail. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Imaginário, 2003.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. *Fronteiras Agrárias Intermitentes e Processos de Territorialização do Campesinato na Amazônia – uma análise comparativa de projetos de assentamentos no Sudeste e no Sudoeste paraense*. Tese de Doutorado. Recife: PPGEU/UFPE, 2015.

CORRÊA, Felipe & VIANNA, Rafael. Anarquismo, teoria e história. IN: CORRÊA, F.; SILVA, R.; SILVA, A. **Teoria e História do Anarquismo**. Curitiba: Prisma, 2015.

ELTZBACHER, Paul. *The Great Anarchists: ideas and teachings of seven major thinkers*. Nova York: Dover, 2004.

DANIELSON, Nicolau Frantsevitch. A tarefa econômica da Rússia. IN: FERNANDES, Rubens César (ORG). **Dilemas do socialismo** – a controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JONG, Rudolf de. **A Concepção Libertária da Transformação Social**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Faísca/Federação Anarquista do Rio de Janeiro – FARJ/ Coordenação Anarquista Brasileira – CAB, 2008.

KROPOTKIN, Piotr. **Palavras de um revoltado**. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2005.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Napoleão Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

TRAGTEMBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: EDUNESP, 2007.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato** – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. **2 ed.** Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976, 261p.

WOLF, Eric. **Las luchas Campesinas del siglo XX**. Madri: Siglovineteuno editores, 1972.